



RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DOCENTE

2026-1

Resolução nº 8/2026 – Laranjeiras do Sul – Pró-Reitoria Acadêmica

“Aprova o Relatório de Adequação do Corpo Docente Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real – Campus Laranjeiras do Sul”.

O Centro Universitário Campo Real, mantido pela UB Campo Real Educacional S/A, por intermédio da Pró-Reitoria Acadêmica, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

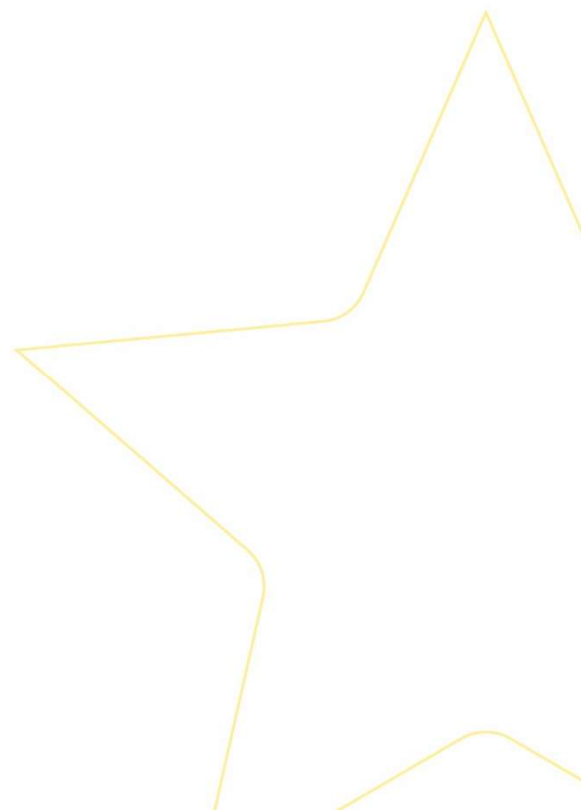
Art. 1º Aprovar o Relatório de Adequação Docente do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real, Campus Laranjeiras do Sul.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Universitário Campo Real, 30 de março de 2026



Profª Patricia M. Melhem Rosas
Pró-Reitora Acadêmica



RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO DE DIREITO

RELATÓRIO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Profa. Dra. Elizania Caldas Faria
Prof. Dra. Ana Claudia da Silva Abreu
Prof. Me. Fábio Augusto Pletsch
Profa. Dra. Josiane Caldas
Profa. Dra. Patrícia Manente Melhem Rosas
Prof. Dr. Rudy Heitor Rosas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. OBJETIVOS	5
2.1 Objetivo Geral.....	5
2.2 Objetivo Específico	5
3. JUSTIFICATIVA	6
4. METODOLOGIA PROPOSTA	7
5. PERFIL DOS PROFESSORES	8
5.1 Titulação do Corpo Docente	8
5.2 Disciplina ministrada e justificativa	10
5.3 Regime de Trabalho	19
5.4 Produção Técnico-Científica	19
5.5 Experiência na Docência Superior	21
5.6 Análise dos resultados da avaliação institucional docente	24
6. PARECER DESCRITIVO	26

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar a adequação do corpo docente do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real, conforme preconiza a Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de graduação em Direito.

A qualificação do corpo docente constitui elemento central para a garantia da qualidade no ensino superior, especialmente no que se refere à efetividade do processo de ensino-aprendizagem e ao atendimento das diretrizes institucionais e normativas. Nesse contexto, torna-se imprescindível a elaboração de relatórios que evidenciem a pertinência do professor em relação às disciplinas que ministra, considerando não apenas sua formação acadêmica e titulação, mas também sua experiência na docência superior, trajetória profissional e regime de trabalho. Tais aspectos são fundamentais para assegurar que o docente possua as competências necessárias para o desenvolvimento de práticas pedagógicas coerentes com as demandas formativas dos discentes.

Além disso, este relatório busca demonstrar a capacidade do corpo docente em promover ações pedagógicas que favoreçam a aprendizagem significativa, incluindo a identificação das dificuldades dos estudantes, a adequação da linguagem e das estratégias de ensino às características da turma, bem como a contextualização dos conteúdos curriculares. Destaca-se, ainda, a elaboração de atividades específicas voltadas ao atendimento de discentes com dificuldades, a utilização de instrumentos avaliativos diagnósticos, formativos e somativos, e o uso dos resultados obtidos para a constante reorientação da prática docente. Soma-se a isso o exercício da liderança acadêmica e o reconhecimento da produção intelectual, elementos que reforçam o compromisso com a excelência no ensino superior e com a formação integral dos estudantes.

Este relatório evidencia que o corpo docente do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real está estruturado de maneira a garantir o cumprimento das diretrizes vigentes, assegurando a pluralidade de saberes, a articulação entre teoria e prática, o compromisso social da formação e o desenvolvimento da capacidade para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito. A análise a seguir detalha a composição do quadro docente, sua distribuição nas disciplinas, titulação, regime de trabalho e atuação pedagógica, demonstrando a plena conformidade

com as exigências legais e educacionais do Ministério da Educação.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O relatório de adequação do corpo docente tem como objetivo geral demonstrar que o corpo docente do curso está qualificado e adequadamente estruturado para garantir uma formação de excelência aos discentes, atendendo às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais e às necessidades do mercado de trabalho. Este objetivo se concretiza ao evidenciar que os docentes não apenas possuem a formação acadêmica necessária, mas também demonstram engajamento com a atualização constante, o fomento ao pensamento crítico, a integração entre teoria e prática, e o desenvolvimento do conhecimento.

2.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral, o relatório de adequação contempla os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar a composição do corpo docente segundo titulação acadêmica, regime de trabalho e área de atuação.
- Verificar se o corpo docente demonstra capacidade de analisar os conteúdos das disciplinas, abordando sua relevância para a atuação profissional e acadêmica dos discentes. Isso inclui identificar como os conteúdos contribuem para o desenvolvimento de competências essenciais para o perfil do egresso.
- Avaliar se o corpo docente incentiva o raciocínio crítico dos discentes, com base em literatura atualizada e que vá além da bibliografia básica proposta. Isso envolve analisar se os docentes promovem debates, discussões e atividades que estimulem a reflexão sobre temas relevantes para o Direito.
- Evidenciar que o corpo docente proporciona acesso a conteúdos de pesquisa de ponta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso. Isso pode incluir a apresentação de artigos científicos, a participação em eventos e a discussão de temas relevantes para a área.

- Verificar se o corpo docente incentiva a produção de conhecimento por parte dos discentes, por meio de grupos de estudo, projetos de pesquisa ou publicação. Isso pode envolver a orientação de trabalhos acadêmicos, a organização de eventos científicos e o apoio à publicação de artigos.
- Demonstrar que o regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado e a preparação e correção de avaliações.
- Avaliar se a experiência do corpo docente no mundo do trabalho permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, contribuindo para a formação de profissionais preparados para enfrentar os desafios da profissão.
- Identificar a atuação dos docentes em atividades práticas e nos cenários de aprendizagem.
- Descrever ações institucionais de capacitação e desenvolvimento docente promovidas pela instituição.
- Comprovar a coerência entre a formação dos docentes e os conteúdos curriculares sob sua responsabilidade.

3. JUSTIFICATIVA

A elaboração deste relatório de adequação do corpo docente do curso se justifica pela necessidade de demonstrar, de forma clara e objetiva, a conformidade do quadro docente com os princípios, diretrizes e exigências estabelecidos pela Resolução CNE/CES nº 5 de 17 de dezembro de 2018, que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Direito. A Resolução não descreve diretamente “o perfil do docente”, mas induz esse perfil a partir das exigências formativas, metodológicas e de integração entre teoria e prática. Assim, o professor necessário é aquele que tem uma visão crítica, uma formação acadêmica sólida e abertura epistemológica, especialista com experiência prática e atualização permanente (inclusive em tecnologias jurídicas), que não seja apenas transmissor de conteúdo, mas facilitador da aprendizagem.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Direito estabelecem os fundamentos legais, éticos e pedagógicos que orientam a construção do Projeto Pedagógico do Curso e a formação do profissional do Direito no Brasil. O documento consolida a concepção da formação de um profissional crítico, técnico, ético,

comunicativo, adaptável e socialmente comprometido, apto a atuar nas diversas carreiras jurídicas.

Além disso, o relatório atende às exigências dos processos de avaliação institucional, regulação de cursos e reconhecimento/recredenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC), servindo como instrumento de transparência e de prestação de contas sobre a qualidade do ensino ofertado.

Portanto, esta análise detalhada da composição, titulação, regime de trabalho e vinculação dos docentes aos eixos formativos do curso é essencial para garantir a coerência entre o Projeto Pedagógico do Curso e os recursos humanos disponíveis, assegurando a formação de profissionais do Direito que tenham visão crítica da sociedade e compreensão dos fenômenos sociais e jurídicos.

4. METODOLOGIA PROPOSTA

Para a construção do relatório de adequação docente, são empregadas as seguintes metodologias:

1. Análise Documental

- Análise dos currículos Lattes dos docentes, buscando evidências de suas qualificações, experiência profissional, produção científica e participação em atividades de atualização.
- Análise dos planos de ensino das disciplinas, buscando evidências de que os conteúdos são relevantes para a atuação profissional e acadêmica dos discentes, que há fomento ao raciocínio crítico, que há acesso a conteúdo de pesquisa de ponta e que há incentivo à produção de conhecimento.
- Análise de atas de reuniões de colegiado, buscando evidências da participação dos docentes nas decisões do curso.
- Análise de relatórios de avaliação docente e discente, buscando evidências da qualidade do ensino e do atendimento aos discentes.

2. Realização de entrevistas e análise da avaliação institucional:

- Realização de entrevistas com os docentes, buscando informações sobre suas práticas pedagógicas, seu envolvimento com a atualização profissional, seu incentivo à produção de conhecimento e sua experiência profissional.

- Posterior realização de entrevistas com os discentes, e análise da avaliação institucional respondida por eles, buscando informações sobre a qualidade do ensino, o acesso a conteúdos relevantes e o apoio recebido dos docentes.

3. Análise de Dados Quantitativos:

- Levantamento de dados sobre a produção científica dos docentes, como número de artigos publicados, participação em eventos e orientação de trabalhos acadêmicos.

- Levantamento de dados sobre a participação dos docentes em atividades de atualização, como cursos, congressos e workshops.

A combinação dessas metodologias permite a construção de um relatório de adequação docente completo e abrangente, que evidencie a qualidade do corpo docente do curso e seu compromisso com a formação de profissionais de excelência.

5. PERFIL DOS PROFESSORES

O corpo docente do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real é composto por profissionais altamente qualificados, com formação acadêmica compatível com os componentes curriculares sob sua responsabilidade e com experiência consolidada no ensino superior. A maioria dos professores possui titulação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), atendendo às exigências legais de proporção de mestres e doutores para os cursos de graduação, conforme as diretrizes do Ministério da Educação. Além disso, há docentes com ampla experiência profissional e na docência no ensino superior, o que contribui diretamente para a formação crítica e humanizada dos estudantes.

O corpo docente também participa ativamente de atividades de formação continuada, promovidas pela própria instituição e por entidades externas, além de estarem envolvidos em projetos de pesquisa, iniciação científica, extensão e atividades interprofissionais, o que assegura a integração entre ensino, pesquisa, extensão e prática profissional, promovendo uma formação acadêmica sólida, crítica e comprometida com a transformação social e com a qualidade necessária para a formação do egresso almejado.

5.1 Titulação do Corpo Docente

O corpo docente do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real será composto pelo quantitativo de 14 professores, dentre os quais, temos profissionais do Direito, Economia, História e Letras. O corpo docente é composto por profissionais de grande qualificação e experiência profissional, refletindo o compromisso institucional com a excelência no ensino superior. Atualmente, 36% dos docentes possuem titulação de doutorado e 36% são mestres, evidenciando uma sólida formação acadêmica voltada à pesquisa e à prática docente. Complementando o quadro, 28% dos professores apresentam especialização na área, garantindo diversidade de experiências e aprofundamento técnico-científico.

	Professor	Formação	Titulação	Regime de Trabalho
1	Elizania Caldas Faria	Direito Letras Portugues	Doutora	Integral
2	Rudy Heitor Rosas	Direito	Doutor	Integral
3	Ana Claudia Silva Abreu	Direito	Doutora	Integral
4	Eduardo Russo Ramos	Direito	Mestre	Integral
5	Fábio Augusto Pletsch	Direito	Mestre	Integral
6	Igor Rabel Corso	Direito	Especialista	Horista
7	Jéssica da Silva Lídio	Direito	Especialista	Integral
8	João Paulo da Silva Cabreira	Direito	Especialista	Integral
9	Josiane Caldas	Direito Economia	Doutora	Parcial
10	Luiz Eduardo Horst	História	Mestre	Parcial
11	Patrícia Melhem Rosas	Direito	Doutora	Integral
12	Sandro Roberto Mazurechen	Direito Letras Português	Mestre	Parcial
13	Simão Pedro Wolochatyi Munhoz	Direito	Mestre	Parcial
14	Vinicius Platzgumer	Direito	Especialista	Parcial

Tabela 1 - Titulação e Formação do Corpo Docente

5.2 Disciplinas ministradas e justificativas

Conforme demonstra a tabela 02 abaixo, a titulação, a experiência docente e profissional dos professores que compõem o quadro de docentes do curso é compatível com as disciplinas que ministram.

Disciplinas	Professor	Currículo	Justificativa
Direito Penal Parte Geral I e Direito Penal Parte Geral II	Ana Claudia da Silva Abreu	<p>Doutora em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2021). Pós Doutora em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (2008). Especialista em Ciências Criminais pela UniCuritiba (2006). Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2004). Professora de Direito Penal no Centro Universitário Campo Real (atual). Orientadora do Núcleo Maria da Penha - NUMAPE / Unicentro (2019-2021). Orientadora do Projeto de Extensão Frente de Prevenção à Violência contra a Mulher (Unicentro) (2022-atual). Coordenadora do Grupo de Estudos de Estudos Feminismos: relações sociais, práticas e resistências. Pesquisadora do Grupo Direitos Humanos e Vulnerabilidades e da DECLEN - Decolonizing and Comparing Legal Experiences Network. Pesquisadora do Grupo Corpo, Gênero e História. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: violência de gênero, violência contra a população LGBTQIA+, feminicídio, feminismo descolonial.</p>	<p>A professora Ana Claudia tem um perfil altamente qualificado e plenamente aderente às exigências para a docência nas disciplinas de Direito Penal, tanto sob a perspectiva acadêmica quanto prático-profissional. Em primeiro lugar, sua formação acadêmica sólida e especializada na área de Direito do Estado — com doutorado e mestrado pela UFPR — garante domínio teórico aprofundado dos fundamentos do Direito Penal, especialmente no que se refere às relações entre poder punitivo e garantias fundamentais. A especialização em Ciências Criminais reforça ainda mais essa base, demonstrando formação específica na área penal. Além disso, sua experiência docente em Direito Penal assegura familiaridade com metodologias de ensino, organização de conteúdos e desenvolvimento de competências exigidas pelas Diretrizes Curriculares do curso de Direito, como análise crítica, argumentação jurídica e aplicação prática da norma penal.</p> <p>Outro aspecto relevante é sua atuação extensionista e compromisso social, evidenciado pela participação e orientação em projetos como o NUMAPE e a Frente de Prevenção à Violência contra a Mulher. Essas experiências aproximam o ensino do Direito Penal da realidade social, permitindo trabalhar casos concretos relacionados a temas centrais da área, como violência de gênero, feminicídio e proteção de grupos vulneráveis — conteúdos absolutamente pertinentes à formação contemporânea do jurista.</p> <p>Sua produção e inserção em grupos de pesquisa (Direitos Humanos, vulnerabilidades, feminismo, experiências jurídicas comparadas) contribuem para uma abordagem crítica e atualizada do Direito Penal, alinhada às discussões mais recentes sobre seletividade penal, interseccionalidade, criminologia crítica e direitos humanos.</p> <p>Por fim, sua atuação em temas como violência contra a mulher e população</p>

			<p>LGBTQIA+ agrega uma perspectiva diferenciada e necessária ao ensino do Direito Penal, ampliando a compreensão dos alunos sobre a função social do direito, os limites do poder punitivo e a importância de uma atuação jurídica sensível às desigualdades estruturais.</p> <p>Dessa forma, a professora reúne titulação, experiência docente, produção acadêmica e inserção social, sendo plenamente adequada — e até estratégica — para ministrar disciplinas de Direito Penal, especialmente em uma formação jurídica comprometida com a realidade social e com os direitos fundamentais.</p>
<p>Filosofia e Hermenêutica Jurídica e Metodologia do Trabalho Científico</p>	<p>Eduardo Russo Ramos</p>	<p>Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades - Produção e Circulação do Pensamento Social. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades - Produção e Circulação do Pensamento Social. Formado em Direito pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil - Unibrasil, tendo realizado intercâmbio universitário no ano de 2015 na Universidade do Porto, Portugal. Atualmente desenvolve o projeto de pesquisa intitulado Da derrota ao declínio: intelectuais e o Populismo no Brasil. Integra o grupo de pesquisa Cultura, Política e Movimentos Sociais na América Latina (UFPR/Curitiba-PR) e a Comissão Executiva da Revista Sociologias Plurais, periódico discente do PPGSOCIO/UFPR. Tem interesse e</p>	<p>O professor Eduardo apresenta perfil adequado e consistente para ministrar as disciplinas de Filosofia e Hermenêutica Jurídica e Metodologia do Trabalho Jurídico, especialmente em cursos que valorizam uma formação crítica, interdisciplinar e reflexiva. Percebe-se que a sua formação em Sociologia — com mestrado e doutoramento em andamento pela UFPR — é altamente pertinente às disciplinas ministradas. A linha de pesquisa em Cultura e Sociabilidades e o foco na produção do pensamento social indicam domínio de teorias clássicas e contemporâneas, fundamentais para o estudo filosófico do Direito. Além disso, sua atuação em temas como teoria social, tradição marxista brasileira e pensamento social crítico oferece base sólida para trabalhar autores e correntes essenciais à hermenêutica jurídica, permitindo ao docente explorar o Direito para além do positivismo estrito, abordando interpretação, linguagem, ideologia e poder.</p> <p>Sua experiência com pesquisa sobre intelectuais, cultura e política, especialmente no contexto brasileiro, demonstra capacidade de relacionar o Direito com a realidade social, o que é central para uma abordagem hermenêutica crítica. Isso favorece discussões sobre como o Direito é</p>

		<p>desenvolve pesquisa em torno dos seguintes temas: teoria social, cultura e sociedade, pensamento social brasileiro, intelectuais e formação da tradição marxista brasileira.</p>	<p>interpretado em contextos concretos, considerando fatores históricos, sociais e políticos.</p> <p>No que diz respeito à Metodologia do Trabalho Jurídico, o professor também se mostra apto. Sua inserção ativa na pós-graduação, participação em grupos de pesquisa e atuação editorial na <i>Revista Sociologias Plurais</i> evidenciam domínio das práticas acadêmicas, como elaboração de projetos, construção de problemas de pesquisa, uso de referenciais teóricos e metodológicos, além de escrita científica. Esses elementos são essenciais para orientar alunos na produção de trabalhos jurídicos com rigor metodológico.</p> <p>Quanto à capacidade de trabalhar criticamente e apresentar exemplos atualizados, o perfil do professor é particularmente favorável. Sua pesquisa em andamento sobre populismo no Brasil e sua inserção em debates contemporâneos indicam contato constante com temas atuais, o que possibilita trazer para a sala de aula discussões recentes e relevantes. Além disso, sua base teórica em sociologia crítica permite problematizar o Direito em suas dimensões sociais, políticas e ideológicas, estimulando o pensamento reflexivo dos estudantes.</p> <p>Por fim, o fato de possuir formação jurídica (graduação em Direito) garante que essa abordagem interdisciplinar não se afaste das especificidades do campo jurídico, permitindo a adequada articulação entre teoria social e prática jurídica.</p> <p>Assim, o professor reúne formação interdisciplinar, experiência acadêmica e inserção em debates contemporâneos, possuindo plenas condições de ministrar as disciplinas propostas com qualidade, atualidade e densidade crítica.</p>
Técnicas de Resolução de Conflitos	Elizania Caldas Faria	Procuradora Institucional e Coordenadora do Curso de Direito do Centro Universitário	A professora apresenta um perfil pertinente e adequado para ministrar a disciplina de Iniciação Jurídica e Técnicas de Resolução de Conflitos,

Campo Real, Campus SEDE, em Guarapuava - PR (CAMPO REAL). Doutora em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG). Mestre em Direito (UFPR). Especialista em Direito Penal e Processo Penal (PUC/PR) e em Violência Doméstica (USP/SP). Bacharel em Direito (UNIPAR). Licenciada em Letras-Literatura (UNICENTRO). Advogada devidamente inscrita na OAB/PR. É professora de Processo Penal, Prática Penal e Resolução de Conflitos. Possui formação pelo TJPR em Mediação e Conciliação e formação em Facilitadora em Justiça Restaurativa. É mediadora e conciliadora voluntária no CEJUS e pré-cejusc do TJPR em Guarapuava e Pinhão, além de facilitadora de círculos restaurativos no Centro Universitário Campo Real.

reunindo, de forma consistente, formação acadêmica, experiência prática e atuação institucional diretamente vinculadas à área. Em termos de formação, destaca-se seu doutorado em Ciências Sociais Aplicadas e o mestrado em Direito, que fornecem uma base teórica sólida para compreender os conflitos em suas múltiplas dimensões (jurídica, social e institucional). As especializações, especialmente em Violência Doméstica, contribuem para uma abordagem sensível e qualificada de conflitos complexos, frequentemente tratados por meios consensuais. O principal diferencial, contudo, está na sua formação técnica específica em métodos consensuais, com capacitação pelo Tribunal de Justiça do Paraná em mediação e conciliação, além da formação como facilitadora em Justiça Restaurativa. Esses elementos demonstram domínio não apenas teórico, mas metodológico das principais ferramentas contemporâneas de resolução adequada de conflitos. Sua experiência prática é diretamente alinhada à disciplina, atuando como mediadora e conciliadora voluntária no CEJUSC e PRÉ-CEJUSC do TJPR, bem como facilitadora de círculos restaurativos. Essa vivência concreta permite que a professora leve para a sala de aula situações reais, simulações e estudos de caso, aproximando o ensino da prática profissional — aspecto essencial para essa disciplina. Além disso, sua atuação como docente em Prática Penal e Resolução de Conflitos indica familiaridade com metodologias ativas de ensino, fundamentais para o desenvolvimento de habilidades como escuta ativa, negociação, empatia e construção de soluções consensuais. Outro ponto relevante é sua formação em Letras, que contribui significativamente para o desenvolvimento de competências comunicativas — centrais nos processos de mediação e negociação, especialmente no que se refere à linguagem, argumentação e construção de diálogo. Por fim, sua posição como coordenadora de curso e procuradora institucional evidencia capacidade de articulação, liderança e visão sistêmica, competências que também dialogam com a gestão e tratamento adequado de conflitos em ambientes institucionais. Dessa forma, a professora não apenas é adequada, mas estrategicamente

			indicada para ministrar a disciplina, possuindo plenas condições de trabalhar conteúdos de forma aplicada, apresentar exemplos atualizados e desenvolver uma abordagem crítica e reflexiva sobre os métodos consensuais de resolução de conflitos.
Resolução de Conflitos Jurídicos e Resolução de Conflitos Sociais	Fábio Augusto Pletsch	Advogado (OAB/PR 112.906), Conciliador Judicial e Professor Universitário com atuação nas áreas de Direito do Trabalho, Direito Civil, Direito Eleitoral e Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT/UNICENTRO), desenvolvendo pesquisa sobre regulação jurídica de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) e modelos institucionais de governança em Ciência, Tecnologia e Inovação. Atua como pesquisador e orientador em projetos de iniciação científica vinculados ao eixo Eleições, Cidadania, Cultura e Inovação, no Centro Universitário Campo Real, onde também ministra disciplinas de Direito Civil, Direito do Trabalho, Resolução de Conflitos e Iniciação Jurídica. Atua como professor de Cursos Preparatórios para o Exame de Ordem e Concursos Públicos. Possui experiência em consultoria pública e governança institucional, tendo colaborado na elaboração de regimentos internos, portarias e instrumentos normativos voltados à conformidade administrativa e à gestão de	<p>O professor Fábio um perfil adequado e pertinente para ministrar as disciplinas de Resolução de Conflitos Jurídicos e Resolução de Conflitos Sociais, ainda que com características distintas que merecem ser destacadas de forma analítica. Inicialmente, sua formação jurídica e atuação profissional como advogado e conciliador judicial constituem um ponto central de adequação. A experiência prática na conciliação demonstra domínio de técnicas autocompositivas, como negociação e mediação, essenciais para o ensino da resolução de conflitos jurídicos. Essa vivência permite a abordagem de casos concretos, rotinas processuais e estratégias efetivas de solução consensual, aproximando teoria e prática.</p> <p>Sua atuação docente em disciplinas como Resolução de Conflitos, Direito Civil e Direito do Trabalho reforça essa adequação, pois tais áreas são tradicionalmente férteis para a aplicação de métodos consensuais, especialmente em contextos de conflitos individuais e coletivos. Além disso, a experiência em cursos preparatórios indica capacidade de sistematização de conteúdos e clareza na exposição, o que contribui para o processo de ensino-aprendizagem.</p> <p>No que se refere à Resolução de Conflitos Sociais, o professor também apresenta elementos relevantes, ainda que de forma mais indireta. Sua atuação em consultoria pública e governança institucional, com elaboração de normas e instrumentos regulatórios, demonstra compreensão de conflitos em nível estrutural e organizacional — envolvendo relações entre Estado, mercado e sociedade. Esse aspecto é importante para trabalhar conflitos coletivos, institucionais e políticos sob uma perspectiva mais ampla.</p> <p>Adicionalmente, sua pesquisa em propriedade intelectual, inovação e</p>

		empresas estatais. Com sólida base teórica e experiência prática na administração pública, na advocacia privada, na resolução de conflitos e no ensino superior, atua na consolidação de modelos jurídicos que promovem segurança regulatória, ética e eficiência nas relações entre Estado, mercado e academia.	governança contribui para uma abordagem contemporânea dos conflitos, especialmente aqueles relacionados a novas tecnologias, regulação e interesses difusos, o que amplia o repertório de exemplos atualizados. No entanto, é importante observar que o perfil não evidencia, de forma explícita, formação específica em áreas como sociologia, mediação comunitária ou justiça restaurativa, que frequentemente enriquecem a abordagem dos conflitos sociais sob uma perspectiva mais crítica e interdisciplinar. Ainda assim, sua inserção em projetos ligados a cidadania, cultura e inovação indica potencial para desenvolver essa dimensão de forma adequada. Quanto à capacidade de trabalhar criticamente e apresentar exemplos atualizados, o professor demonstra boas condições, especialmente em função de sua atuação acadêmica, pesquisa em andamento e experiência prática diversificada. Sua vivência em ambientes institucionais e regulatórios permite discutir conflitos contemporâneos com base em situações reais e atuais. Dessa forma, conclui-se que o professor é adequado para ambas as disciplinas, com destaque mais direto para a Resolução de Conflitos Jurídicos, e com condições satisfatórias para atuar também na Resolução de Conflitos Sociais, especialmente se adotar uma abordagem interdisciplinar que complemente sua formação jurídica com reflexões sociais mais amplas.
Direito Ambiental	Igor Rabel Corso	É graduado em Direito pelo Centro Universitário Campo Real em Guarapuava e foi procurador de municípios da região de Laranjeiras do Sul. Posteriormente, no ano de 2013, foi aprovado no concurso para Delegado da Polícia Civil do Estado do Paraná, tendo atuado em diversas circunscrições da região. No ano de 2019 ingressou na carreira da Promotoria de	O professor Igor é um profissional com trajetória sólida na área jurídica, especialmente no âmbito público, o que permite uma análise equilibrada sobre sua adequação para ministrar a disciplina de Direito Ambiental. De um lado, há elementos que favorecem sua pertinência. A atuação como Procurador municipal e, sobretudo, como Promotor de Justiça do Estado do Paraná, pode envolver diretamente questões ambientais, considerando que o Ministério Público possui papel central na defesa do meio ambiente, na propositura de ações civis públicas e na fiscalização de políticas públicas ambientais. A atuação em demandas ambientais (como

		<p>Justiça do Estado do Paraná, sendo que atualmente é Promotor de Justiça na Comarca de Laranjeiras do Sul. Igor também foi aprovado em concursos para procurador do município de Laranjeiras do Sul, de Procurador do Estado do Paraná e Delegado da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.</p>	<p>licenciamento, danos ambientais, proteção de áreas de preservação, entre outros), representa um diferencial relevante, pois permite trazer casos concretos, atuação institucional e exemplos práticos atualizados para a sala de aula. Além disso, sua experiência em diferentes carreiras jurídicas (advocacia pública, polícia civil e Ministério Público) contribui para uma visão multidimensional do Direito, o que pode enriquecer a abordagem da disciplina, especialmente na interface entre Direito Ambiental, Direito Penal Ambiental e Direito Administrativo sancionador.</p> <p>O professor é pertinente para ministrar a disciplina, especialmente para uma abordagem prática e aplicada do Direito Ambiental, com ênfase em atuação do Ministério Público e responsabilização (civil e penal) por danos ambientais.</p>
Direito e Inclusão Social	Jéssica da Silva Lídio	<p>Advogada do Escritório Lídio Advocacia. Advogada do Escritório de Práticas Jurídicas do Centro Universitário Campo Real. Professora de Direito e Inclusão Social e Coordenadora do Projeto de Extensão do Curso de Direito do Centro Universitário Campo Real. Pós-Graduanda em Direito Processual Civil pelo Centro Universitário Campo Real. Pós-Graduanda da Escola da Magistratura do Paraná. Graduada em Direito pelo Centro Universitário Campo Real (2022). Facilitadora da Justiça Restaurativa e Processos Circulares pelo Centro Universitário Campo Real (2022). Tem experiência em Direito, com ênfase em Direito Civil, Família, Sucessões e Direito Imobiliário. Membro da Comissão de Facilitadores do Programa JRLAB do Centro Universitário Campo Real.</p>	<p>A professora apresenta um perfil adequado e pertinente para ministrar a disciplina de Direito e Inclusão Social, especialmente quando se considera uma abordagem prática, extensionista e voltada à realidade social. Inicialmente, sua atuação direta no Escritório de Práticas Jurídicas é um dos principais elementos de adequação. Esse espaço é tradicionalmente voltado ao atendimento de populações vulneráveis, o que proporciona contato direto com demandas relacionadas à exclusão social, acesso à justiça, desigualdades e garantia de direitos. Essa vivência permite que a professora trabalhe com casos concretos e situações reais, aproximando o conteúdo teórico da prática social.</p> <p>Sua função como coordenadora de projeto de extensão também reforça fortemente sua pertinência. A extensão universitária tem como eixo justamente a interação com a comunidade e o enfrentamento de problemas sociais, sendo um dos pilares mais importantes para disciplinas como Direito e Inclusão Social. Isso demonstra capacidade de articular ensino, prática e impacto social. Outro ponto relevante é sua formação como facilitadora em Justiça Restaurativa e processos circulares, o que contribui diretamente para o desenvolvimento de uma abordagem inclusiva, dialógica e voltada à resolução de conflitos com foco na dignidade, escuta e participação — elementos centrais na promoção da inclusão social. Sua</p>

			<p>experiência nas áreas de Direito Civil, Família e Sucessões também dialoga com a disciplina, uma vez que esses ramos frequentemente envolvem temas sensíveis como vulnerabilidade social, proteção de incapazes e garantia de direitos fundamentais. No que se refere à capacidade de trabalhar criticamente e com exemplos atualizados, a professora demonstra boas condições, especialmente em razão de sua atuação prática contínua, tanto na advocacia quanto no ambiente acadêmico. Essa inserção permite trazer para a sala de aula discussões contemporâneas e desafios reais enfrentados por grupos socialmente vulneráveis</p>
<p>Direito Civil III – Direito de Família e Direito Processual Civil I</p>	<p>João Paulo da Silva Cabreira</p>	<p>Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Campo Real em 2006. Atualmente é advogado atuante na área cível e advogado do Núcleo de Prática Jurídica do Centro Universitário Campo Real há 14 anos. Tem experiência na área de Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito Imobiliário, Responsabilidade Civil, Prática Jurídica e Direito da Posse e da Propriedade.</p>	<p>O professor apresenta um perfil adequado e pertinente para ministrar a disciplina de Direito Civil – Família, sobretudo sob uma perspectiva prática e aplicada. Inicialmente, sua formação em Direito e, principalmente, sua experiência profissional consolidada na advocacia cível constituem um ponto central de adequação. A atuação contínua na área por vários anos indica domínio dos institutos do Direito Civil, incluindo aqueles que dialogam diretamente com o Direito de Família, como relações patrimoniais, responsabilidade civil, questões imobiliárias e aspectos processuais. Um dos principais diferenciais é sua atuação há 14 anos no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), ambiente em que, com frequência, são atendidas demandas relacionadas ao Direito de Família, como divórcio, guarda, alimentos, reconhecimento de união estável e conflitos familiares. Essa vivência proporciona contato direto com casos reais, permitindo ao professor trabalhar com exemplos concretos, petições, estratégias processuais e soluções jurídicas aplicadas — aspecto extremamente relevante para a disciplina.</p> <p>Sua experiência em Direito Processual Civil também contribui significativamente, uma vez que o Direito de Família possui forte dimensão procedimental, especialmente em ações judiciais que envolvem interesses sensíveis e urgentes. Quanto à capacidade de apresentar exemplos atualizados, o professor demonstra plenas condições, dado seu exercício</p>

			contínuo da advocacia e sua atuação no NPJ, que o mantêm em contato direto com mudanças legislativas, entendimentos jurisprudenciais e dinâmicas sociais contemporâneas.
Economia em Direito	Josiane Caldas	Professora de Direito, Processo do Trabalho e Prática Trabalhista. Advogada e Economista. Pesquisadora Convidada na Universidade de Coimbra-PT. Pós-Doutoranda em Desenvolvimento Comunitário - PPGDC - Unicentro/PR. Doutora em Direito pelo PPGD/UFPR - Área de concentração: Direitos Humanos e Democracia- linha de pesquisa: Direito Cooperativo e Economia Solidária (2017-2021). Mestrado em Direito Cooperativo pelo PPGD/UFPR 2015/2017. Graduação em Economia pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2003) e graduação em Direito pela Faculdade Novo Ateneu de Guarapuava (2007). Pós-Graduação em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Pós-Graduação em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2016). Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Processo (2025). Atuou como Advogada em Sistemas de Cooperativas de Crédito e Produção. Atuou como Supervisora e Coordenadora Jurídica em Empresa de Grande Porte. Presta Assessoria e Consultoria Jurídica à Cooperativas e Empresas. Integrou o	<p>A professora Josiane apresenta um perfil altamente adequado e até estratégico para ministrar a disciplina de Economia em Direito, reunindo uma combinação rara e muito valorizada de formação jurídica e econômica, aliada à experiência acadêmica e profissional. O primeiro ponto de destaque é sua dupla graduação em Economia e Direito, que é exatamente o núcleo formativo esperado para disciplinas que tratam da interface entre esses dois campos. Essa formação permite que a docente compreenda tanto os fundamentos econômicos (como mercado, eficiência, políticas públicas e regulação) quanto sua aplicação no universo jurídico, superando abordagens meramente introdutórias.</p> <p>Além disso, sua trajetória acadêmica — com doutorado em Direito na área de Direitos Humanos e Democracia, com linha voltada ao Direito Cooperativo e Economia Solidária — reforça uma perspectiva econômica aplicada ao Direito, especialmente em modelos alternativos de organização econômica. Esse aspecto é extremamente relevante para trabalhar temas como análise econômica do direito, economia social, regulação e desenvolvimento, ampliando a visão dos alunos para além da lógica puramente mercadológica.</p> <p>Sua formação complementar em políticas públicas, cooperativismo e crédito rural também contribui significativamente, pois permite abordar a disciplina com foco em intervenção estatal, inclusão produtiva e sustentabilidade, temas cada vez mais centrais no ensino jurídico contemporâneo.</p> <p>No campo prático, sua atuação como advogada em sistemas de cooperativas, consultora jurídica e coordenadora em empresas proporciona contato direto com decisões econômicas reais, governança, compliance e relações de trabalho — elementos essenciais para exemplificar como o</p>

		<p>Programa de Extensão: Política Migratória e Universidade Brasileira e o Projeto de extensão: Migração, Refúgio e Hospitalidade. Integrante do Núcleo de Direito Cooperativo e Cidadania da UFPR. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho, Societário e em Direito Cooperativo, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito do Trabalho, Cooperativismo, LGPD, ESG e Compliance.</p>	<p>Direito influencia e é influenciado por variáveis econômicas. Outro ponto relevante é sua inserção em temas atuais como ESG, LGPD e compliance, que são áreas onde a intersecção entre Direito e Economia é evidente, permitindo à professora trabalhar com exemplos atualizados e concretos, alinhados às demandas do mercado e da sociedade. Sua experiência internacional como pesquisadora convidada na Universidade de Coimbra e sua atuação em projetos de extensão também indicam capacidade de dialogar com diferentes contextos e realidades, enriquecendo a abordagem da disciplina com uma perspectiva mais ampla e crítica. Por fim, sua vivência docente em áreas como Direito do Trabalho e Societário facilita a articulação entre conteúdos jurídicos e econômicos, contribuindo para uma abordagem didática consistente. Dessa forma, a professora não apenas é adequada, mas altamente qualificada para ministrar a disciplina de Economia em Direito, possuindo plenas condições de desenvolver uma abordagem teórica sólida, aplicada, interdisciplinar e criticamente orientada, com exemplos atualizados e conexão com a realidade econômica contemporânea.</p>
<p>Ciência Política e Teoria Geral do Estado, Sociologia do Direito</p>	<p>Luiz Eduardo Horst</p>	<p>Possui graduação em História (2012) e mestrado em História (2018) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Atuou como diplomador na Faculdade Guarapuava no período de 2012 a 2016. Atualmente é professor do Colégio Alfa, do ESI Colégio Nossa Senhora de Belém e do Centro Universitário Campo Real. Atua no Ensino Fundamental II, Ensino Médio, cursos preparatórios para vestibulares e no Ensino Superior. No Ensino Superior, leciona nos cursos de Direito, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica,</p>	<p>O professor apresenta um perfil adequado e pertinente para ministrar as disciplinas de Ciência Política, Teoria Geral do Estado e Sociologia do Direito, especialmente no contexto de uma formação jurídica com base humanística e interdisciplinar. Em primeiro lugar, sua formação em História (graduação e mestrado) constitui um fundamento sólido para essas disciplinas. A História dialoga diretamente com a compreensão da formação do Estado, das instituições políticas, das estruturas sociais e das transformações históricas que moldam o Direito. Esse repertório é essencial para disciplinas como Teoria Geral do Estado e Ciência Política, que exigem compreensão dos processos históricos de formação do poder, da soberania, das constituições e dos sistemas políticos. Além disso, sua ampla experiência docente em diferentes níveis de ensino (fundamental, médio, preparatórios e superior) demonstra domínio pedagógico e</p>

		<p>Engenharia de Produção e Psicologia. Possui experiência nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, com atuação nas seguintes disciplinas: História, Sociologia, Ciência Política e Teoria Geral do Estado, Sociologia do Direito, Ética Geral e Profissional, Antropologia, Filosofia e Desafios Sociais e Contemporâneos</p>	<p>capacidade de adaptação da linguagem, o que é fundamental para disciplinas teóricas e, por vezes, abstratas. O fato de já lecionar, no ensino superior, exatamente as disciplinas em questão (Ciência Política, Teoria Geral do Estado e Sociologia do Direito) reforça sua adequação, indicando familiaridade com conteúdos, bibliografia e metodologias específicas. Outro ponto relevante é sua atuação em diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, incluindo Sociologia, Filosofia, Antropologia e Ética. Essa interdisciplinaridade é particularmente importante para a Sociologia do Direito, que exige a análise do fenômeno jurídico a partir de suas relações com a sociedade, cultura e estruturas de poder. Quanto à capacidade de trabalhar criticamente e apresentar exemplos atualizados, o professor demonstra boas condições, especialmente por sua atuação contínua em disciplinas como “Desafios Sociais e Contemporâneos” e por sua inserção no ensino de temas ligados à realidade social. Sua formação e prática permitem contextualizar teorias clássicas com acontecimentos contemporâneos, promovendo reflexões críticas sobre Estado e Direito na atualidade.</p> <p>Como ponto de atenção, observa-se que o docente não possui formação específica em Direito (como graduação ou pós-graduação na área jurídica). Isso pode limitar, em certa medida, a profundidade técnico-jurídica em temas mais específicos. No entanto, para as disciplinas mencionadas — que possuem natureza propedêutica, teórica e interdisciplinar — essa ausência não compromete sua atuação, podendo inclusive enriquecer o ensino com uma abordagem mais crítica e externa ao dogmatismo jurídico.</p>
Criminologia	Patricia Melhem Rosas	<p>Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Possui graduação em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2002) e mestrado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (2008). Coordenadora de grupos de estudos sobre</p>	<p>A professora apresenta um perfil altamente pertinente e qualificado para ministrar a disciplina de Criminologia, reunindo formação acadêmica consistente, experiência prática e atuação direta em áreas centrais desse campo de estudo.</p> <p>Inicialmente, sua formação acadêmica — com doutorado em Ciências Sociais Aplicadas, mestrado em Direito e graduação em Direito — garante uma base sólida para a compreensão da Criminologia em sua natureza</p>

Justiça Restaurativa no Centro Universitário Campo Real. Pró-Reitora Acadêmica do Centro Universitário Campo Real. Coordenadora da Pós Graduação em Gestão de Conflitos do Centro Universitário Campo Real. Instrutora de facilitadores de processos circulares. Tem experiência na área de Ciências Sociais Aplicadas, Direito, com ênfase em Criminologia, Justiça Restaurativa e Comunicação Não Violenta.

interdisciplinar, que articula Direito, Sociologia, Política e análise social do crime. Essa trajetória permite trabalhar tanto as teorias criminológicas clássicas quanto as abordagens contemporâneas.

Um dos principais diferenciais está em sua experiência específica na área de Criminologia e Justiça Restaurativa, o que demonstra aderência direta à disciplina. A coordenação de grupos de estudos em Justiça Restaurativa e sua atuação como instrutora de facilitadores de processos circulares indicam domínio de perspectivas modernas da Criminologia, especialmente aquelas voltadas à resolução não punitiva de conflitos, crítica ao sistema penal tradicional e valorização de práticas restaurativas.

Sua atuação como coordenadora de pós-graduação em Gestão de Conflitos também reforça essa conexão, pois a Criminologia contemporânea dialoga intensamente com formas alternativas de tratamento do conflito, indo além da lógica estritamente repressiva. Isso permite trabalhar com os alunos temas como política criminal, seletividade penal, sistema de justiça e alternativas ao encarceramento, de forma crítica e aplicada.

Além disso, o uso de Comunicação Não Violenta em sua formação e prática contribui para uma abordagem diferenciada da disciplina, focada na compreensão das dinâmicas sociais do conflito, na escuta e na construção de soluções mais humanizadas — aspectos cada vez mais valorizados na Criminologia crítica.

Sua posição como Pró-Reitora Acadêmica e liderança institucional também indicam experiência na gestão do ensino superior, o que contribui para a organização didática da disciplina e para a implementação de metodologias ativas e atualizadas.

Quanto à capacidade de trabalhar criticamente e apresentar exemplos atualizados, o perfil da professora é especialmente favorável. Sua atuação prática contínua, aliada à coordenação de projetos e grupos de estudo, permite trazer para a sala de aula experiências concretas, estudos de caso e debates contemporâneos sobre violência, sistema penal e alternativas de justiça.

<p>Introdução ao Estudo do Direito</p>	<p>Rudy Heitor Rosas</p>	<p>Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Campo Real (2012). Professor Titular no Centro Universitário Campo Real. Atualmente é advogado - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná. Coordenador do Grupo de Estudos Contemporâneos em Execução Penal do Centro Universitário Campo Real. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Criminologia e Execução Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: sociologia prisional, sociologia da violência, modelos contemporâneos de justiça criminal e representações sociais da violência.</p>	<p>O professor apresenta um perfil plenamente pertinente e adequado para ministrar a disciplina de Introdução ao Estudo do Direito (IED), sobretudo em uma proposta pedagógica que valorize a formação crítica, interdisciplinar e reflexiva do estudante. Em primeiro lugar, sua formação acadêmica sólida — com doutorado em Direito pela Universidade Federal do Paraná e mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa — fornece uma base consistente para trabalhar os fundamentos do fenômeno jurídico. A IED exige justamente essa capacidade de transitar entre o Direito e outras áreas do conhecimento, como Sociologia e Filosofia, o que está claramente presente em sua trajetória. Além disso, sua experiência docente como professor titular e sua atuação contínua no ensino superior indicam domínio de sala de aula, organização didática e familiaridade com conteúdos introdutórios, essenciais para alunos em início de formação jurídica. Outro ponto de destaque é sua atuação como advogado, que permite aproximar o conteúdo teórico da realidade prática do Direito, contribuindo para que os alunos compreendam, desde o início do curso, como o Direito se manifesta concretamente na sociedade. Sua inserção acadêmica, como coordenador de grupo de estudos em execução penal, aliada à sua atuação em temas como criminologia, sociologia da violência e modelos de justiça criminal, contribui significativamente para uma abordagem crítica do Direito. Isso é particularmente relevante na disciplina de IED, que não deve se limitar a conceitos formais, mas também problematizar o Direito como fenômeno social, histórico e político. Quanto à capacidade de trabalhar criticamente e com exemplos atualizados, o professor demonstra plenas condições. Sua atuação em áreas como sociologia prisional e violência permite trazer discussões contemporâneas, casos reais e reflexões sobre o papel do Direito na sociedade, estimulando o pensamento crítico dos estudantes desde o início da graduação. Embora sua especialização esteja mais concentrada na área penal, isso não compromete sua atuação na disciplina, pois a Introdução ao Estudo do Direito tem natureza ampla e</p>
---	--------------------------	--	--

			formativa, sendo enriquecida por perspectivas críticas e interdisciplinares como as que o professor domina.
Leitura e Produção de Textos e Direito Internacional I	Sandro Roberto Mazureche n	Possui graduação em Letras Português - Inglês pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (2001), e graduação em Direito pelo Centro Universitário Campo Real. Participou do programa de mestrado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná (2005) e é especialista em Literatura Contemporânea pela UNICENTRO. Além disso, possui MBA em Gestão Educacional pela USP. Atualmente é professor de Língua Portuguesa, Literatura e Redação, e coordenador do Projeto Tecnologia e Educação. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Semântica, atuando principalmente nos seguintes temas: sintaxe, fonologia, sociolinguística e semântica; na área de Literatura, atuando principalmente na área de literatura brasileira e portuguesa, com ênfase em literatura contemporânea e crítica da cultura lusofalante e história da Literatura; e em Tecnologias educacionais, com ênfase em plataformas educacionais, ensino híbrido, sala de aula invertida e metodologias ativas. Atua também como professor da área de Direito, com ênfase em Direito Internacional, Direito Tributário, Direito Civil e Direito Processual Civil.	O professor Sandro apresenta perfil pertinente para ministrar as disciplinas de Leitura e Produção de Textos e Direito Internacional. Sua graduação em Letras (Português-Inglês), aliada à especialização em Literatura Contemporânea e à formação em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Paraná, demonstra domínio aprofundado da linguagem, da estrutura textual e dos processos de comunicação. Além disso, sua experiência consolidada no ensino de Língua portuguesa, redação e linguística (sintaxe, semântica, sociolinguística) garante competência para trabalhar aspectos essenciais da disciplina, como coesão, coerência, argumentação e produção de textos acadêmicos e jurídicos. Sua atuação com tecnologias educacionais e metodologias ativas também representa um diferencial importante, pois permite desenvolver estratégias didáticas inovadoras, fundamentais para engajar os alunos e aprimorar habilidades práticas de escrita e leitura crítica. Dessa forma, o professor possui total aderência formativa, teórica e pedagógica para ministrar essa disciplina com excelência. Sua graduação em Direito fornece a base necessária para atuação na área, e sua experiência docente em disciplinas jurídicas, incluindo o próprio Direito Internacional, indica familiaridade com conteúdos e práticas de ensino. Além disso, sua formação em Letras pode contribuir positivamente, especialmente no que diz respeito à compreensão de textos normativos internacionais, interpretação de tratados e domínio de terminologias estrangeiras, aspectos relevantes na área. O professor demonstra boas condições de trabalhar criticamente e apresentar exemplos atualizados, especialmente em razão de sua atuação interdisciplinar e seu envolvimento com educação e tecnologia.
Direito Civil I – Teoria	Simão Pedro	Mestre em Ciências Jurídicas pelo Programa	O professor apresenta um perfil adequado para ministrar as disciplinas de

<p>Geral e Direito Civil II – Obrigações e Responsabilidade Civil</p>	<p>Wolochaty Munhoz</p>	<p>de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas (PPGCJ) da Universidade Cesumar (UNICESUMAR). Linha 1 - os direitos da personalidade e o seu alcance na contemporaneidade. Possui graduação em Direito pela Faculdade Campo Real (2021)</p>	<p>Direito Civil – Teoria Geral e Direito Civil – Obrigações e Responsabilidade Civil. Em termos de formação acadêmica, há um ponto bastante positivo: o mestrado em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar, com linha de pesquisa voltada aos direitos da personalidade, indica capacidade de pesquisa, domínio teórico e familiaridade com a dogmática civil contemporânea. Essa formação é especialmente relevante para a disciplina de Teoria Geral do Direito Civil, que exige compreensão de conceitos fundamentais como personalidade, capacidade, direitos da personalidade e estrutura das relações jurídicas. O fato de possuir formação em nível de mestrado indica que o professor tem capacidade de trabalhar criticamente, especialmente no plano teórico, sendo apto a discutir fundamentos, princípios e transformações contemporâneas do Direito Civil.</p>
<p>Direito Constitucional I e Direito Constitucional II e III</p>	<p>Vinicius Platzgumer</p>	<p>Possui graduação em Direito pela Faculdade Campo Real (2016). Especialista em Direito Público Aplicado pela instituição Escola Brasileira de Direito pela EBRADI (2020). Professor do Centro Universitário Campo Real (PR) e também membro do colegiado do Curso de Direito de Irati (PR). Atualmente é advogado - Ordem dos Advogados do Brasil - Paraná, fundador do escritório profissional Melhem, Rosas e Platzgumer - Advocacia e Gestão de Conflitos. É Assessor Jurídico do Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão (empregado público). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Processo Penal, Direito Constitucional e Teoria Geral do Processo.</p>	<p>O professor apresenta um perfil adequado e pertinente para ministrar as disciplinas de Direito Constitucional I, II e III, especialmente sob uma perspectiva aplicada e voltada à prática jurídica, embora com algumas limitações quanto ao aprofundamento teórico mais avançado. Inicialmente, sua formação em Direito, aliada à especialização em Direito Público Aplicado pela Escola Brasileira de Direito (EBRADI), demonstra base consistente na área constitucional, uma vez que o Direito Constitucional é o eixo estruturante do Direito Público. Essa formação fornece os fundamentos necessários para trabalhar temas como direitos fundamentais, organização do Estado e controle de constitucionalidade. Sua experiência docente no ensino superior, inclusive como membro de colegiado de curso, indica familiaridade com o planejamento acadêmico, organização curricular e condução de disciplinas jurídicas, o que é essencial para componentes sequenciais como constitucional I, II e III. No campo profissional, sua atuação como advogado e assessor jurídico de consórcio intermunicipal é particularmente relevante. Essa experiência permite contato direto com temas constitucionais aplicados, como</p>

			<p>administração pública, competências federativas, políticas públicas e controle de legalidade, possibilitando trazer exemplos concretos e atualizados para a sala de aula.</p> <p>Além disso, sua atuação em escritório próprio voltado à advocacia e gestão de conflitos contribui para uma abordagem prática do Direito Constitucional, especialmente na interface com o processo e a efetivação de direitos.</p> <p>Sua experiência nas áreas de Direito Constitucional, Processo Penal e Teoria Geral do Processo também favorece a articulação entre teoria constitucional e sua aplicação prática, especialmente em temas como garantias fundamentais e devido processo legal.</p> <p>Quanto à capacidade de trabalhar criticamente, o professor demonstra boas condições, sobretudo pela sua vivência prática e inserção institucional.</p>
--	--	--	--

Tabela 2 - Relação Professores, Disciplinas e Justificativa

Professor	Link Plataforma Lattes
Ana Claudia da Silva Abreu	https://lattes.cnpq.br/1260225119288553
Eduardo Russo Ramos	http://lattes.cnpq.br/7116998917475518
Elizania Caldas Faria	http://lattes.cnpq.br/7759982248842834
Fábio Augusto Pletsch	http://lattes.cnpq.br/6272154487538208
Igor Rabel Corso	http://lattes.cnpq.br/5146595198389656
João Paulo da Silva Cabreira	http://lattes.cnpq.br/7061384113366803
Jéssica da Silva Lídio	http://lattes.cnpq.br/1660010689828195
Josiane Caldas	http://lattes.cnpq.br/1520630218434920
Luiz Eduardo Horst	https://lattes.cnpq.br/3139436582819730
Patrícia Melhem Rosas	http://lattes.cnpq.br/1003208976074900
Rudy Heitor Rosas	http://lattes.cnpq.br/2793505947126082
Sandro Roberto Mazurechen	https://lattes.cnpq.br/7627820838376951
Simão Pedro Wolochaty Munhoz	http://lattes.cnpq.br/2765377474091662
Vinicius Platzgumer	http://lattes.cnpq.br/8022477238634631

Tabela 3 – Professores relacionado link do currículo lattes.

Com relação à titulação, 5 professores possuem título de doutorado, 5 são mestres e 4 são especialistas, o que perfaz 72% do corpo docente com titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado ou doutorado). Esse indicador está em conformidade com os critérios de qualidade exigidos pelo Ministério da Educação para cursos de graduação, e reflete o compromisso institucional com a excelência da formação acadêmica e científica.

O corpo docente também participa ativamente de ações de formação continuada, desenvolvimento pedagógico, projetos de pesquisa, extensão e atividades que promovem a integração ensino-comunidade. Além disso, muitos docentes possuem experiência profissional em serviços públicos e privados de saúde, o que fortalece a articulação entre teoria e prática e enriquece o processo formativo do estudante e possibilita que o docente faça a integração de conteúdos teóricos com situações reais.

Essa composição garante a diversidade e a qualificação necessárias para assegurar uma formação ética, científica e técnica do egresso do direito, capacitando-o para promover uma formação que desenvolva competências complexas e utilize estratégias pedagógicas adequadas, uma vez que o professor é mediador do processo de aprendizagem, não apenas transmissor de conteúdo. A formação acadêmica do corpo docente possibilita que o professor se utilize de linguagem acessível

e adequada à turma, faça uso de metodologias ativas, elabore avaliações coerentes e realize, de forma mais efetiva, a mediação da aprendizagem.

5.3 Regime de trabalho

Em relação ao regime de trabalho, 5 professores atuarão em regime de trabalho parcial, correspondendo a 36% do corpo docente, 1 professor atuará no regime de trabalho horista – correspondendo a 7% do corpo docente e 8 professores atuarão no regime integral, correspondendo a 57% do corpo docente, o que assegura a presença constante de professores nas atividades acadêmicas e favorece a integração entre ensino, pesquisa e extensão, conforme orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais. A dedicação do professor ao curso impacta diretamente a qualidade da formação, a organização acadêmica e o acompanhamento dos estudantes. Não se trata apenas de carga horária, mas de presença efetiva e envolvimento institucional contínuo.

O regime de trabalho do corpo docente do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real permite o atendimento integral à demanda existente, assegurando tempo suficiente para o exercício das atividades de ensino, atendimento aos discentes, orientação nas dificuldades, acompanhamento nas trajetórias acadêmicas, participação em reuniões de colegiado e NDE, planejamento pedagógico, preparação de aulas, elaboração e correção de avaliações, bem como para o desenvolvimento de projetos de iniciação à pesquisa e extensão. Isso reduz evasão, melhora desempenho e fortalece o vínculo pedagógico.

A instituição mantém registros individuais de atividades docentes (denominados Plano Individual de Trabalho – PIT), que incluem a descrição das disciplinas ministradas, horários de atendimento ao estudante, carga horária semanal e envolvimento em ações acadêmicas. Esses registros são utilizados como instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação da atuação docente, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade do ensino.

O corpo docente do curso está contratado atualmente da seguinte forma:

- Professores com regime de tempo integral (TI): 8
- Professores com regime de tempo parcial (TP): 5
- Professores horistas (CH): 1

Esse arranjo institucional garante a presença docente efetiva nas atividades curriculares teóricas, práticas, laboratoriais e de campo, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais e conforme previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

Professor	Regime de Trabalho e atividades desempenhadas
Ana Claudia da Silva Abreu	Integral - NDE, orientação de TC, orientação de IC e Coordenação de IC
Eduardo Russo Ramos	Integral - Orientação de TC, Orientação de IC, Orientação de Grupos de Estudos
Elizania Caldas Faria	Integral - NDE, Coordenação de Curso, Facilitadora, Mediadora, Conciliadora, Orientação de TC e IC
Fábio Augusto Pletsch	Integral - NDE, Coordenador de Prática Jurídica, Facilitador, Conciliador, Orientação de TC, IC, Grupos de Estudos e Projetos de Extensão
Igor Rabel Corso	Horista - aulas
Jéssica da Silva Lídio	Integral - Coordenadora de Extensão, Facilitadora, Advogada do EPJ, Orientação de TC e IC, Orientadora de Projetos de Extensão,
João Paulo da Silva Cabreira	Integral - Coordenador do EPJ, Professor de Estágios e Advogado do EPJ
Josiane Caldas	Parcial - NDE, orientação de TC, orientação de IC, Orientação de Grupos de Estudos e Projetos de Extensão
Luiz Eduardo Horst	Parcial - Orientação de TC, Orientação de IC, Orientador de Grupos de Estudos e de Projetos de Extensão.
Patrícia Melhem Rosas	Integral - NDE, Pró-Reitoria Acadêmica, Orientação de TC.
Rudy Heitor Rosas	Integral - NDE, Coordenador Adjunto, Orientação de IC e TC, Coordenador de TC
Sandro Roberto Mazurechen	Parcial - NDE, Orientação de IC, Revistas Institucionais
Simão Pedro Wolochaty Munhoz	Parcial - Orientação de TC e IC

Vinicius Platzgumer	Parcial - Orientação de IC, TC e Grupos de Estudos
----------------------------	---

Tabela 4 - Regime de Trabalho de Cada Professor

Essa composição permite um equilíbrio entre presença docente contínua na instituição, qualificação acadêmica e diversidade de experiências profissionais. O número expressivo de docentes em tempo integral e parcial contribui para a efetiva articulação entre ensino, iniciação à pesquisa e extensão, além de favorecer o acompanhamento pedagógico dos estudantes ao longo da formação.

5.4 Produção Técnico-Científica

O corpo docente do curso de Direito do Centro Universitário Campo Real apresenta produção técnico-científica compatível com as áreas de atuação e os componentes curriculares sob sua responsabilidade, evidenciando o compromisso com a atualização profissional, o desenvolvimento do pensamento crítico e a contribuição para o avanço do conhecimento na área da saúde.

Os docentes participam ativamente de pesquisas acadêmicas, publicações científicas, apresentações em congressos, seminários e eventos científicos, e metodologias ativas de ensino;

A produção docente se materializa em artigos publicados em periódicos científicos indexados, resumos expandidos em anais de eventos, capítulos de livros, trabalhos de iniciação científica orientados e participação em projetos de pesquisa financiados por agências institucionais.

Além disso, a instituição estimula a integração entre ensino, pesquisa e extensão, por meio da participação dos docentes em comitês científicos, grupos de pesquisa cadastrados, programas de iniciação científica e parcerias interinstitucionais. Essa atuação contribui para a formação de estudantes críticos, investigativos e socialmente comprometidos.

O acompanhamento da produção docente é realizado por meio de registros em plataformas como o Currículo Lattes (CNPq), relatórios de atividades e indicadores institucionais de desempenho acadêmico, sendo esses dados considerados para fins de avaliação docente, progressão na carreira e planejamento acadêmico.

Professor	Produção
Ana Claudia da Silva Abreu	25

Eduardo Russo Ramos	9
Elizania Caldas Faria	9
Fábio Augusto Pletsch	11
Igor Rabel Corso	0
Jéssica da Silva Lídio	9
João Paulo da Silva Cabreira	9
Josiane Caldas	9
Luiz Eduardo Horst	11
Patrícia Melhem Rosas	9
Rudy Heitor Rosas	9
Sandro Roberto Mazurechen	9
Simão Pedro Wolochaty Munhoz	9
Vinicius Platzgumer	9

5.5 Experiência na Docência Superior

O corpo docente possui experiência consolidada na docência no ensino superior, o que se reflete na qualidade das estratégias pedagógicas adotadas e no compromisso com a formação acadêmica e ética dos discentes.

Essa experiência permite aos docentes:

- Identificar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes e intervir de maneira pontual e eficaz;
- Adaptar a linguagem e a abordagem didática de acordo com o perfil das turmas;
- Contextualizar os conteúdos dos componentes curriculares com exemplos práticos e situações reais do Direito;
- Elaborar e aplicar atividades diversificadas voltadas à promoção da aprendizagem significativa;
- Realizar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para replanejar suas práticas pedagógicas e estratégias de ensino.

Além disso, os docentes demonstram liderança acadêmica em suas áreas de atuação e são reconhecidos por sua produção técnico-científica, participação em eventos da área, orientação de trabalhos acadêmicos e envolvimento em projetos de extensão e iniciação à pesquisa.

A vivência acumulada no magistério superior proporciona um ambiente de aprendizagem dinâmico, reflexivo e centrado no estudante, em consonância com os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais

Professor	Experiência no Docência Superior
Ana Claudia da Silva Abreu	224 meses
Eduardo Russo Ramos	49 meses
Elizania Caldas Faria	269 meses
Fábio Augusto Pletsch	45 meses
Igor Rabel Corso	12 meses
Jéssica da Silva Lídio	19 meses
João Paulo da Silva Cabreira	179 meses
Josiane Caldas	56 meses
Luiz Eduardo Horst	97 meses
Patrícia Melhem Rosas	266 meses
Rudy Heitor Rosas	152 meses
Sandro Roberto Mazurechen	158 meses
Simão Pedro Wolochaty Munhoz	8 meses
Vinicius Platzgumer	104 meses

Tabela 6 - Relação Professor e Experiência na Docência Superior

O corpo docente apresenta uma distribuição equilibrada de experiência no magistério superior, com tempos de atuação que variam entre 8 meses e 269 meses. A média geral de experiência entre os 14 professores é de aproximadamente 117 meses (acima de 9 anos), o que demonstra a presença de profissionais tanto com trajetória consolidada quanto em processo de consolidação na carreira docente.

A composição de um colegiado de curso superior que reúne professores com longa trajetória acadêmica e docentes mais jovens, com uma trajetória acadêmica inicial, constitui um arranjo altamente benéfico para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Trata-se de uma combinação que potencializa tanto a solidez quanto a inovação no ambiente universitário. Os professores mais experientes, com mais de uma década de docência, trazem consigo um repertório consolidado de conhecimentos, vivências institucionais e domínio pedagógico (neste caso, são seis professores com mais de uma década de experiência e três professoras com duas décadas). Sua atuação tende a ser marcada pela segurança na condução das disciplinas, pela capacidade de

contextualizar historicamente os conteúdos e por uma visão crítica amadurecida sobre a formação profissional. Além disso, contribuem significativamente para a manutenção da identidade do curso, a consolidação de práticas acadêmicas de qualidade e a orientação de docentes mais jovens, funcionando como referências institucionais e intelectuais.

Por outro lado, os professores mais jovens agregam dinamismo, novas perspectivas metodológicas e maior proximidade com as transformações contemporâneas, especialmente no que se refere ao uso de tecnologias educacionais e a abordagens pedagógicas inovadoras. Sua jovialidade e entusiasmo tendem a favorecer uma maior conexão com os discentes, promovendo engajamento, participação ativa e abertura ao diálogo. Ademais, esses docentes frequentemente estão mais próximos das discussões acadêmicas recentes, o que contribui para a atualização constante dos conteúdos e práticas do curso.

A interação entre esses perfis distintos gera um ambiente acadêmico equilibrado, em que tradição e inovação se complementam. Enquanto os docentes experientes asseguram a continuidade e a profundidade do conhecimento, os mais jovens estimulam a renovação e a adaptação às novas demandas educacionais e sociais. Esse intercâmbio favorece a construção coletiva do conhecimento, o aprimoramento das práticas pedagógicas e o fortalecimento do colegiado como espaço de diálogo, colaboração e desenvolvimento institucional.

Assim, a diversidade geracional no corpo docente não apenas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também contribui para a formação de profissionais mais críticos, adaptáveis e preparados para os desafios do mercado de trabalho e da sociedade contemporânea.

5.6 Análise dos resultados da avaliação institucional docente

A partir do momento que o curso passe a integrar o processo de autoavaliação institucional será possível identificar o perfil dos resultados da avaliação das atividades realizadas pelo corpo docente, culminando na possibilidade de levantamento de potencialidades e fragilidades das práticas docentes. A partir dos resultados da avaliação, são possíveis de serem observados o desempenho geral dos professores, seus pontos fortes e pontos fracos, e a partir disso coletar as sugestões de melhoria. Com os pontos levantados é emitido um parecer a cada professor indicando como a instituição procederá, bem como, aquilo que cada um pode realizar para potencializar os pontos

forte. O corpo docente é composto considerando esses resultados e os dados indicados nesse relatório.

6. Parecer Descritivo

O corpo docente do curso apresenta perfil acadêmico e profissional que atende plenamente às Diretrizes Curriculares Nacionais. Com uma equipe composta majoritariamente por mestres e doutores, além de especialistas qualificados, o curso assegura um alto padrão na formação técnica, científica e ética dos futuros profissionais.

A distribuição equilibrada entre regimes de trabalho integral, parcial e horista favorece a disponibilidade dos professores para atividades de ensino, pesquisa, extensão e atendimento aos estudantes, garantindo um acompanhamento pedagógico contínuo e eficiente. A experiência docente expressiva, com uma média de aproximadamente nove anos, proporciona maturidade e competência na condução dos processos de ensino-aprendizagem, refletindo-se positivamente no desenvolvimento dos estudantes.

A produção técnico-científica ativa e a constante atualização dos docentes demonstram o compromisso institucional com a inovação, a qualidade acadêmica e a articulação entre teoria e prática. As metodologias pedagógicas adotadas são condizentes com as necessidades do perfil dos discentes, promovendo a inclusão, a interdisciplinaridade e a formação integral.

Dessa forma, o corpo docente está plenamente capacitado para oferecer uma formação alinhada às demandas e exigências do mercado de trabalho, do perfil do egresso e dos objetivos do curso contribuindo para a formação de profissionais críticos, éticos e socialmente responsáveis.